

INSTITUTOS FEDERAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

R. F. BRASIL* e R. G. NORTE

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
brasil@ifrn.edu.br*

Artigo submetido em junho/2017 e aceito em ____/2017
DOI: 10.15628/rbept.2016.xxxx

RESUMO

Este texto é resultado de uma análise das respostas trazidas por pesquisas científicas realizadas sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e disponibilizadas entre os anos de 2011 e 2015. Priorizou-se para este fim, a leitura de teses e dissertações publicadas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e também de universidades instituídas em alguns Estados do Brasil. Foram escolhidos 36 trabalhos, sendo 24 dissertações e 12 teses que contêm em seu conjunto textual as palavras: Institutos Federais, Educação Profissional e Políticas Públicas, trabalhos que oportunizaram uma verificação sobre a nova proposta de educação profissional no Brasil a partir da criação dos Institutos Federais. Com isso, fez-se possível identificar, sob o prisma da academia, como se configura esta estrutura acadêmica que propõe ensino integrado e verticalizado abrangendo todos os níveis de ensino em diversas áreas do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Institutos Federais, Educação Profissional, Políticas Públicas.

INSTITUTOS FEDERAIS IN THE CONTEXT OF PUBLIC POLICIES FOR VOCATIONAL EDUCATION

ABSTRACT

This text is the result of an analysis of the answers brought by scientific about the Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia and published between the years 2011 and 2015. Was prioritized for this purpose, the reading of theses and dissertations published in the bank of theses and dissertations of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) and also of universities established in some Brazilian States. We selected 36 documents, being 24

dissertations and 12 theses containing the following words: Institutos Federais, Professional Education and Public Policies, that favored an opportunity to verify the new proposal of professional education in Brazil after the creation of the Institutos Federais. With this, it was possible to identify, from the perspective of the academy, the configuration of this academic structure that proposes integrated and vertical education covering all levels of education in several areas of knowledge.

KEYWORDS: Institutos Federais, Professional Education, Public Policies.

1. INTRODUÇÃO

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica efetivou-se partir do ano de 2008 com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, uma aglutinação de instituições de ensino profissional que tiveram suas origens no início do século XX. Em sua Lei de criação, nº 11.892/08¹, consta como uma de suas finalidades, a oferta de ensino verticalizado, que em suma, significa o compartilhamento de um mesmo espaço pedagógico por docentes e discentes de diferentes níveis de ensino.

Esta nova estrutura acadêmica, definida por Pacheco (2011) como uma inovação a partir do ensino técnico e científico - uma vez que articula trabalho, ciência e cultura com vistas à emancipação humana - ainda não repercutiu de forma significativa em pesquisas científicas, conforme constatou o resultado de uma busca realizada em teses e dissertações disponibilizadas entre os anos de 2011 e 2015 no banco de teses e dissertações da Capes e de algumas universidades brasileiras. Este texto tem o objetivo de conhecer como está se configurando os Institutos Federais - apresentados nos discursos oficiais como novo modelo de educação profissional para o século XXI - a partir dos resultados já apresentados nas pesquisas científicas.

Além da revisão literária, é feita uma imersão na história da educação profissional no Brasil a partir da primeira década do século XIX até a criação dos Institutos Federais, um percurso que ampara a análise das respostas trazidas pelas pesquisas. Esta leitura também é embasada por teóricos que discutem a educação profissional, sobretudo, sua dualidade estrutural que parece perpetuar com as políticas públicas implantadas ao longo do tempo.

2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: A QUEM SERVE?

Os primeiros indícios da implantação da educação profissional no Brasil datam-se do ano de 1809. Segundo Moura (2007), o decreto do Príncipe Regente, que cria o Colégio de Fábricas, pode ser considerado o início de sua sistematização que só foi oficializada por meio do Decreto de Lei nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, criando 19 Escolas de Aprendizes e Artífices no Brasil.

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes operárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres

¹ Promulgada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva

do Governo da Republica formar cidadãos úteis à nação (Decreto-Lei nº 7.566/1909).

Para Moura (2007), a educação profissional no Brasil origina-se dentro de uma perspectiva assistencialista, com vistas ao amparo àqueles que não possuíam condições sociais satisfatórias, objetivando inibir a prática de ações que contrariavam os “bons costumes”.

Essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é perfeitamente coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da coroa portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu a influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história - uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um destes segmentos. (Moura, 2007, p. 6)

As primeiras décadas da República são marcadas por significativas mudanças socioeconômicas, a exemplo da expansão da economia cafeeira, fazendo surgir iniciativas do governo e também da Igreja Católica para a educação. O que antes eram instituições de ensino artesanais e manufatureiros vai cedendo lugar à redes de escolas destinadas, não apenas aos pobres, mas também a todos aqueles que pertenciam aos setores populares urbanos, que iriam transformar-se em assalariados.

A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública foi uma das primeiras medidas do governo provisório instalado com a Revolução de 1930, medida essa que conferia à União, poder sobre os vários domínios do ensino do território nacional. “O objetivo era o de criar um ensino mais adequado à modernização que se almejava para o país e que se constituísse em complemento da obra revolucionária, orientando e organizando a nova nacionalidade a ser construída” (SHIROMA, 2005, P. 16).

Em meados da década de 1930 foram oficializados os sindicatos de trabalhadores, embora silenciados pela repressão entre os anos de 1935 e 1942. “O que realmente ocorria era uma forte repressão do Estado às tentativas de mobilização e organização dos setores mais politizados da sociedade” (SHIROMA, 2005, P. 22). Para Manfredi (2002) embora o sindicalismo oficial tenha procurado modificar a natureza e o conteúdo dos cursos, os artífices das novas experiências em educação profissional continuavam sendo os trabalhadores. Ainda, segundo Manfredi (2002), essas concepções juntas vão se constituindo como referência de matrizes político-pedagógicas ao longo de todo o século XX resultando em uma Educação Profissional voltada para o trabalho assalariado e para o emprego, com vistas ao fortalecimento do capitalismo.

Depois de um longo período sem debates ou políticas de governo voltadas para a educação, o então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, criou as chamadas Leis Orgânicas do Ensino em 1942, atribuindo à União o poder de estabelecer diretrizes para todos os níveis da educação. De acordo com Shiroma (2005), as Leis Orgânicas, embora contemplassem os três departamentos da economia, com a regulamentação do ensino técnico-profissional industrial, comercial e agrícola, não propiciaram a desejável unidade, persistindo o antigo dualismo: “as camadas mais favorecidas da população procuravam o ensino secundário e superior para sua formação, e aos trabalhadores restavam as escolas primárias e profissionais para uma rápida preparação para o mercado de trabalho” (SHIROMA, 2005, p. 23).

Nesse período, as escolas de aprendizes artífices são transformadas em Escolas Técnicas Federais. No entanto, a aceleração da economia e a crescente demanda de trabalhadores fazem com que o governo recorra à iniciativa privada. É por meio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que é criado um sistema paralelo de ensino, primeiramente denominado de Sistema Nacional de Industriários e posteriormente, Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Em 1946 uma nova constituição é promulgada. Na nova Carta, a educação passa a ser direito de todos e os poderes públicos, junto com a iniciativa privada devem garantir, na forma da lei, educação em todos os níveis. No entanto, o Estado segue como protagonista de projetos de investimentos que alicerçam as indústrias e o empresariado, conforme Manfredi (2002). Quanto às estruturas formativas e seus mecanismos legais, a autora concorda que há a cristalização de concepções e práticas escolares dualistas vindas do Estado Novo. De um lado, o que ela chama de acadêmico-generalista, que pressupõe formação ampla, oportunizando ao aluno condições de progredir em seus estudos, e do outro, a educação profissional, na qual o indivíduo era formado para o domínio de seu ofício, sem aprofundamentos teóricos, humanísticos e científicos, limitando assim suas condições de avançar em sua formação. Situação que persiste mesmo após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no início da década de 1960, embora garantisse uma maior articulação entre o ensino profissionalizante e o ensino secundário.

O ensino profissionalizante brasileiro adquiriu nova configuração a partir da promulgação da Lei 5.692/71, permanecendo da mesma forma até a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996. Compunha-se de uma rede de escolas públicas mantidas pela União, Estados e municípios e de outra rede mantida por instituições privadas, incluindo o sistema S.

A profissionalização compulsória prevista na Lei nº 5.692/71 não vingou e foi sofrendo modificações até chegar em 1982 com a Lei nº 7.044 que distingue o ensino de formação geral do ensino profissionalizante.

Segundo Manfredi (2002), a antiga dualidade voltava a se manifestar, desta vez, sem constrangimentos legais, deixando como legado um mais ambíguo e precário ensino médio, além de uma desestruturação de ensino técnico oferecido pelas escolas das redes estaduais, escapando da derrocada apenas as escolas técnicas federais.

Os anos 1990 chegam exigindo a construção de uma nova institucionalidade que dê conta de reestruturar o ensino médio e a educação profissional e, ao mesmo tempo, atender aos processos de reestruturação produtiva com vistas a uma economia globalizada. Em meados da década surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), uma nova ofensiva conservadora, desta vez patenteada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e seu ministro da Educação, Paulo Renato Costa Souza. Em relação ao ensino profissionalizante, a LDBEN institui bases para sua reforma, significando dizer que “todas as instituições públicas e privadas de Educação Profissional terão de ajustar-se às novas diretrizes educacionais estabelecidas pela legislação em vigor” (MANFREDI, 2002, p. 113). Por fim, o projeto de reforma do ensino médio e profissional acabou por considerar muito mais as recomendações dos órgãos internacionais e o interesse do empresariado, do que as perspectivas democratizantes defendidas pelas entidades da sociedade civil.

Um dos marcos da Educação Profissional é o Decreto Federal 2.208/97, que estabelece a separação entre os ensinos médio e profissional, criando redes e sistemas distintos, jogando por terra à perspectiva de uma educação profissional com base na ideia de escola unitária. Decreto este que fora revogado no ano de 2004 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto nº 5154/04. Ainda em 1997 surge o Programa de Expansão da Educação Profissional PROEP – parceria do governo federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a finalidade de financiar a reforma do ensino profissional, fator que contribuiu ainda mais para o distanciamento do ensino profissionalizante ao ensino médio.

No ano de 2003 inicia-se o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REPCT). O discurso oficial era de construção de um projeto democrático e humanista. “Recusamo-nos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicos a serviço da reprodução capitalista” (PACHECO, 2011, p. 7). É sob esse discurso progressista que tem início a expansão da REPCT. Além dos Institutos Federais, também compõem a Rede, os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, o Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

3. INSTITUTOS FEDERAIS E A REPERCUSSÃO NO MEIO ACADÊMICO

Com *campi* espalhados por todo o Brasil, as pesquisas relacionadas ao ensino profissional começam a emergir em vários Estados. O levantamento dos estudos científicos realizados nos primeiros anos de criação dos Institutos Federais e disponibilizados entre 2011 e 2015 evidenciou a região Nordeste como o destaque em número de *campi* investigados, sendo o Estado da Bahia o líder no ranking das pesquisas, seguido da região Sul. Além de uma recuperação histórica da Educação Profissional no Brasil, os trabalhos apresentam, em sua maioria, reflexões acerca das motivações socioeconômicas e educacionais que deram origem ao seu “remodelamento” e o papel dessa nova organização acadêmica dentro deste contexto.

Mattos (2013) investigou a educação e os projetos de desenvolvimento socioeconômico e educacional vigentes no Brasil. Ao analisar as relações existentes entre estes e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica concluiu que a trajetória da educação profissional no Brasil sempre manteve relação com os projetos de desenvolvimento. A pesquisadora reforça a ideia de que a expansão da Rede, embora apresente um avanço em relação ao projeto neoliberal que teve início nos anos 90, não representa um projeto de ruptura com a “teoria do capital humano”.

Situação parecida também foi constatada por Costa (2011) ao estudar o Campus Volta Redonda do Instituto Federal do Rio de Janeiro. O estudo objetivou investigar as mudanças nas políticas públicas para a educação profissional no Brasil buscando compreender as ações dessas políticas na formação dos trabalhadores mediante a dualidade entre as categorias de trabalho intelectual e trabalho manual. Concluiu-se, portanto, que ainda persistem as características que sempre nortearam a educação profissional e sua subordinação ao setor produtivo.

Ramos (2011) desenvolveu pesquisa no Campus Sertão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul objetivando analisar o novo modelo institucional considerando suas características e finalidades sob a temática do desenvolvimento socioeconômico e cultural em seu território de abrangência. Durante seus estudos, a pesquisadora concluiu ser necessária a implantação de cursos em diversos níveis e modalidades, ou seja, a efetivação do ensino verticalizado, para que se torne referência em qualidade de formação de profissionais.

De um modo geral, toda a oferta de ensino nos diferentes níveis e modalidades precisa estar articulada com a vocação regional e com as demandas trazidas pelas comunidades, através de suas organizações representativas. Porém, há que se planejar com cautela a implantação de novos cursos, especialmente quando estão vinculados a uma nova

área da matriz produtiva ou eixo tecnológico, para que não sejam demandas transitórias e efêmeras, que, posteriormente, poderão acarretar em estruturas físicas e de pessoal ociosas (RAMOS, 2011, p. 45).

A pesquisadora mostra que a sujeição do novo modelo de educação profissional às forças econômicas é algo perceptível, a começar pelas expectativas do que ainda precisa ser feito a fim de aprimorar sua atuação no desenvolvimento da região. Perlin (2011), pesquisando o Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal de Farroupilha também detectou os anseios da comunidade pelo fortalecimento da economia local com foco na inovação tecnológica.

O processo de verticalização de ensino e suas implicações na qualidade do trabalho docente foi objeto de estudo de Fernandes (2013) ao investigar o Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha. Em sua pesquisa, a autora observou que apesar do *campus* possuir cursos em diferentes níveis, os mesmos não estão concatenados com a mesma área, significando que a verticalização ainda não está totalmente implantada. Ainda assim a autora detectou angústias dos professores, que reivindicam respaldo pedagógico.

Silva (2015) observou o Instituto Federal de Goiás para analisar a Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica e, após levantar o histórico de formação das instituições que compõem a Rede identificou que a educação brasileira sempre fora marcada pela dualidade estrutural em que “... às classes menos favorecidas era reservada a educação profissional (...) e às classes dominantes era assegurada a educação acadêmica”. Ao pesquisar as políticas de expansão da educação superior no Brasil entre 2003 e 2013, Machado (2013) se depara com o movimento político-ideológico nomeado pelos seus representantes de “Novo Desenvolvimentismo”, que segundo seus estudos vem sendo constituído no Brasil desde os anos 2000. Movimento esse que a pesquisadora conceitua como um receituário de recomendações econômicas e sociais destinadas aos países em desenvolvimento. E é nesse rumo, segundo a autora, que a expansão da Educação Superior no Brasil se direciona, incluindo aí a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Esta análise nos leva a refletir que os Institutos Federais, embora tragam avanços em sua concepção de formação de trabalhadores, ainda têm impregnadas em seu escopo as atribuições históricas da educação profissional brasileira, que é a de formar mão de obra qualificada e aligeirada visando o fortalecimento do sistema socioeconômico. Só o tempo dirá se esse modelo poderá evoluir para a formação de trabalhadores emancipados e autônomos.

4. CONCLUSÃO

A Educação Profissional adentra o século XXI trazendo a possibilidade de articulação entre trabalho, ciência e cultura. Uma novidade jamais vislumbrada pela educação profissional brasileira em seus duzentos anos de existência. Sem dúvida um avanço significativo a considerar que a educação profissional originou-se de uma dualidade estrutural e assim prosseguiu ao longo de sua história. No entanto, as respostas trazidas pelas pesquisas científicas ainda não refletem a superação desta dualidade, uma vez que a formação de trabalhadores continua subordinada ao capital, portanto, delegada a formação de força de trabalho para manutenção do sistema econômico.

As poucas respostas trazidas acerca da verticalização de ensino podem ser um indicativo de que, apesar da lei prever uma formação mais ampliada, as instituições ainda encontram barreiras para romper, sejam elas estruturais, políticas ou ideológicas. O que de fato existe, a partir das respostas trazidas pelas pesquisas, é uma manutenção de seu modelo histórico – formação de trabalhadores para atender as demandas de mercado com vistas à manutenção do sistema de produção capitalista.

Ainda é cedo para definir a atual configuração da educação profissional no Brasil, uma vez que o modelo é novo e certamente, sofrerá diversas adaptações e até incremento de novas políticas públicas ao longo do tempo. Mudanças que poderão significar manutenção da formação tecnicista, a fim de garantir apenas o incremento da força de trabalho com vistas ao fortalecimento do capital, conforme exigência da economia globalizada, ou sua superação – formação de um indivíduo em sua totalidade: emancipado e, verdadeiramente, livre.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004, Brasília, DF: 17 de abril de 1997. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso 11.06.2017.

BRASIL, **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 de julho de 2004. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso 11.06.2017.

BRASIL, **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, Seção 1, p. 6975, 26 set. de 1909.

BRASIL, **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 10.06.2017.

BRASIL, **Lei nº 7.044**, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Revogada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm. Acesso 11.06.2017.

BRASIL, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Lei nº 11.892/08**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008.

COSTA, Aline Moraes da. Educação profissional e interiorização: o caso de Volta Redonda como expressão do nacional. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FERNANDES, Maria Regina da Silva. O processo de verticalização da educação profissional e tecnológica e suas implicações na qualidade do trabalho dos docentes do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal de Farroupilha. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ.2013

MACHADO, Mariana Pfeiter. O pacto neodesenvolvimentista e as políticas de expansão da educação superior no Brasil de 2003 a 2013. 44 p. (Tese de Doutorado) - Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2013.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MATTOS, Marilúcia dos Santos. Educação e projetos de desenvolvimento no Brasil: a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no início do século XXI. 83 p. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES. 2013.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. Holos, Revista Eletrônica do Cefet-RN, v.2, n.23, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PERLIN, Renan Covalski. O papel do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha na promoção do desenvolvimento das agroindústrias do município de Jaguari-RS, (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Biblioteca Depositária: UFRRJ, 2011.

RAMOS, Viviane Silva. Desenvolvimento local e território: uma reflexão sobre o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 45 p. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ. 2011

SHIROMA, Eneida Oto; MORAIS, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro. Editora Lamparina, 2007.

SILVA, Maximillian Lopes da. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: estudo de caso do Instituto Federal de Goiás. 74 p. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.